

DANIEL WAJNBERG

**SUSTENTABILIDADE NOS BANCOS BRASILEIROS: EXAME DA DIVULGAÇÃO DO
RELACIONAMENTO ENTRE INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS E O
DESEMPENHO FINANCEIRO CORPORATIVO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração

Orientador: Prof. Celso Funcia Lemme
D.Sc. em Administração de Empresas

RIO DE JANEIRO
2008

DANIEL WAJNBERG

**SUSTENTABILIDADE NOS BANCOS BRASILEIROS: EXAME DA DIVULGAÇÃO
DO RELACIONAMENTO ENTRE INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS E O
DESEMPENHO FINANCEIRO CORPORATIVO**

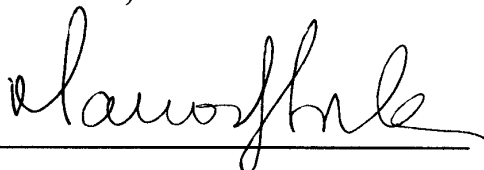
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada por:



Prof. Dr. Celso Fúncia Lemme, D.Sc.– Orientador
(COPPEAD/UFRJ)

Presidente da Banca



Prof. Dr. Marcos Gonçalves Avila, Ph.D.
(COPPEAD/UFRJ)



Prof. Dr. Jose Antonio Puppim de Oliveira, Ph.D.
(EBAPE-FGV)

Rio de Janeiro
Janeiro 2008

Wajnberg, Daniel

Sustentabilidade nos bancos brasileiros: exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e o desempenho financeiro corporativo / Daniel Wajnberg. – Rio de Janeiro, 2008.

67 : il.

Dissertação (Mestrado em Administração)– Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Pós-Graduação em Administração – COPPEAD, 2008.

Orientador: Celso Funcia Lemme

1. Sustentabilidade Corporativa. 2. Bancos.
3. Desempenho Financeiro. 4. Informações Corporativas - Teses. I. Lemme, Celso Funcia (Orient.).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é meu. Ele é dos meus pais, da minha irmã, do meu orientador, do COPPEAD, da FBDS, dos meus colegas de mestrado e dos meus amigos de sempre. Sinto-me somente um executor, um canal de implementação de todo o apoio e suporte que recebi nestes anos de vida. Um afortunado, por ter tantas pessoas admiráveis ao meu redor.

Agradeço aos meus pais, Mario e Maria do Carmo, que são meu orgulho, meu modelo em casa de valores de integridade, disciplina e respeito. Não vejo como seria possível chegar a este ponto sem eles, com todo o apoio que tive para tudo que sempre quis buscar.

À minha querida irmã, Tamara, futura mestre em economia, cujo empenho infinitamente superior no seu curso serviu como fonte inspiradora para mim. Obrigado por ser a pessoa que é e por todo o suporte que me deu.

Ao meu orientador, Celso Lemme, pela seriedade, competência e disponibilidade com que me orientou neste trabalho. Sou realmente muito grato por toda a orientação e apoio que recebi nesta pesquisa.

Ao COPPEAD, por me permitir realizar meu sonho de obter um título de mestre. Tenho grande orgulho de ter feito parte da Instituição COPPEAD e do aprendizado que tive não só com os professores, mas também com todos os outros funcionários.

À FBDS, em especial à Clarissa Lins e Israel Klabin, pessoas realmente diferenciadas. Obrigado por terem me proporcionado a oportunidade de adquirir um conhecimento maravilhoso sobre um assunto que me entusiasma, cujo produto final é este trabalho.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas do mestrado, cuja amizade espero manter para o resto da minha vida. Além da amizade, vocês me estimularam a querer fazer melhor, a desafiar meus próprios limites, e por isto serei eternamente grato.

Finalmente, agradeço e peço desculpas aos meus melhores amigos, companheiros de sempre, por todas as reuniões que não pude comparecer devido a minha dedicação a este curso. Obrigado Eliseu, Thiago, Victor, Rodrigo, André, Bruno, Felipe e Gabriel.

RESUMO

Wajnberg Daniel. **Sustentabilidade nos bancos brasileiros: exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e o desempenho financeiro corporativo.** Orientador: Celso Funcia Lemme. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ; 2008. Dissertação (Mestrado em Administração).

Resumo da dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pós-Graduação em Administração de Empresas – Coppead da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Mestre em Administração.

A incorporação da sustentabilidade nos negócios vem ganhando crescente atenção de diversos grupos de interesse, como investidores, sociedade civil, clientes e mídia. Porém, somente é possível integrar de forma efetiva os aspectos sociais e ambientais na estratégia empresarial quando as empresas conseguem estabelecer uma justificativa de negócios para um bom desempenho socioambiental; quando isto não acontece, tal integração fica vulnerável a mudanças na gestão, ciclos financeiros e mudanças nas prioridades das sociedades. Este trabalho examinou as informações públicas de instituições do setor bancário brasileiro para entender até que ponto a divulgação de informações sobre as iniciativas socio ambientais destas empresas faz associação com o desempenho financeiro corporativo. Em linha com estudos anteriores, os resultados desta pesquisa revelaram que as empresas ainda associam pouco suas práticas de sustentabilidade com o desempenho financeiro corporativo na divulgação pública de informações. Adicionalmente, os resultados da pesquisa sugerem que tanto as práticas de sustentabilidade como os maiores níveis de associação destas com o desempenho financeiro corporativo se fazem mais presentes na divulgação de informações de empresas de maior porte da amostra.

Palavras-chave: sustentabilidade corporativa, bancos, desempenho financeiro, informações corporativas.

ABSTRACT

Wajnberg, Daniel. **Corporate sustainability in Brazilian banks: evaluation of the relationship between social and environmental initiatives and financial performance in public information disclosure.** Orientador: Celso Funcia Lemme. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ; 2008. Dissertação (Mestrado em Administração).

Resumo da dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pós-Graduação em Administração de Empresas – Coppead da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Mestre em Administração.

The incorporation of sustainability into business practices is receiving increasing attention by different stakeholders, such as investors, civil society, consumers and the media. However, the effective integration of social and environmental aspects into business strategy requires that companies make the business case for good socioenvironmental performance. Companies must quantify and demonstrate the link between socioenvironmental and financial performance; otherwise, sustainability initiatives become vulnerable to the whim of swaying public priorities, changes in leadership and financial cycles. This study analyzed public information of Brazilian banks to understand the extent to which these companies report the relationship between socioenvironmental and financial performance. Supporting the results of past research, this study indicates that reporting on such linkages by the organizations analyzed is limited. Additionally, this research has identified that larger banks in the sample not only report more sustainability practices, but also attempt to report more on the link between socioenvironmental initiatives and financial performance than their smaller counterparts.

Keywords: Corporate sustainability, banks, financial performance, corporate disclosure.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porte, Capilaridade e Geração de Empregos de Bancos Brasileiros	3
Tabela 2 - Tipologias para o Relacionamento entre DSA e DFC.....	10
Tabela 3 - Indicadores GRI para instituições financeiras	17
Tabela 4 - Relação de práticas ambientais avaliadas pelo ISE e DJSI em instituições financeiras	22
Tabela 5 - Relação de práticas sociais avaliadas pelo ISE e DJSI em instituições financeiras	23
Tabela 6 - Definição dos tipos de Instituições Bancárias Independentes	26
Tabela 7 – Participação dos maiores bancos múltiplos, comerciais e CEF no somatório de ativo total.....	28
Tabela 8 - Fontes de Informação	28
Tabela 9 - Bancos eliminados por não possuírem nenhuma fonte de informação.....	29
Tabela 10 - Práticas para a sustentabilidade e métricas relacionadas	34
Tabela 11 - Composição total dos níveis de divulgação de informações socioambientais.....	40
Tabela 12 – Composição do número de práticas de sustentabilidade divulgadas.....	41
Tabela 13 - Composição dos níveis de divulgação de informações socioambientais entre as práticas de sustentabilidade	42
Tabela 14 - Composição dos níveis de divulgação nos maiores bancos para o conjunto das sete práticas de sustentabilidade analisadas	44
Tabela 15 - Pontuação total da divulgação de informações socioambientais	45
Tabela 16 - Localização das informações socioambientais	46
Tabela 17 - Localização das informações socioambientais nos maiores bancos	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Teoria dos <i>Stakeholders</i>	9
Figura 2 - Estudos sobre Relacionamento entre DSA e DFC	11

LISTA DE SIGLAS

BSC - *Balanced Scorecard*

CSM - *Forum for Corporate Sustainability Management*

DSA - Desempenho Socioambiental

DFC - Desempenho Financeiro Corporativo

DJSI - *Dow Jones Sustainability Index*

FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

FTSE4Good - *Financial Times and London Stock Exchange For Good*

GRI - *Global Reporting Initiative*

ICC - *International Chamber of Commerce*

IFC - *International Finance Corporation*

IMD - *International Institute for Management Development*

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

ISO - *International Organization for Standardization*

SC - Sustentabilidade Corporativa

UNEP FI - *United Nations Environment Programme Finance Initiative*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema.....	1
1.2. Objetivo e Pergunta da Pesquisa	4
1.3. Relevância do estudo.....	4
1.4. Delimitação da pesquisa.....	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1. Conceituação da sustentabilidade corporativa	7
2.2. Relacionamento do desempenho socioambiental com o desempenho financeiro.....	9
2.3. Avaliação dos resultados de práticas para a sustentabilidade	12
2.4. Práticas de gestão para a sustentabilidade no setor bancário	17
3. METODOLOGIA	25
3.1. Universo e Amostra.....	25
3.2. Fonte e Coleta de Dados.....	29
3.3. Tratamento dos dados.....	36
3.4. Limitações do Método.....	37
4. RESULTADOS	40
5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICES	54

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema

A crescente conscientização dos governos, mídia e indivíduos quanto aos problemas socioambientais como aquecimento global, escassez de recursos hídricos e conflitos étnicos está levando empresas a reconsiderarem suas práticas de gestão, buscando entender até que ponto tais fenômenos podem afetar seus negócios. Este movimento se dá em diferentes níveis; enquanto certas empresas já desenvolveram modelos de gestão que incorporam aspectos sociais e ambientais, outras ainda hesitam em inserir estas variáveis nos seus processos decisórios.

Uma possível explicação para tal resistência é a falta de uma associação clara entre o desempenho financeiro corporativo e o desempenho socioambiental. Muitos estudos já foram desenvolvidos buscando associar estes dois tipos de desempenho e os resultados são diversos; Brito (2005), após fazer uma compilação de estudos que buscavam entender a influência do desempenho ambiental no desempenho financeiro, conclui que, enquanto alguns indicam que um bom desempenho ambiental leva a um bom desempenho financeiro, outros indicam que não há uma relação estatisticamente significativa e outros ainda indicam a existência de uma correlação negativa entre estes dois tipos de desempenho. Marom (2006), da mesma forma, afirma que o estudo do relacionamento entre responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro corporativo há algumas décadas vem gerando resultados empíricos variados e contraditórios.

Adicionalmente, alguns autores acreditam que as motivações econômico-financeiras para a incorporação da sustentabilidade no negócio dependem do contexto da firma e do setor industrial. Após a realização de uma pesquisa em seis setores industriais em 16 países, Steger (2004) afirma que as fontes de valor para a sustentabilidade variam consideravelmente de acordo com o país e o setor. Reed (2001) corrobora com este pensamento, afirmando que não é possível

construir uma justificativa de negócio genérica para que uma empresa incorpore a sustentabilidade nas suas atividades operacionais e que as motivações para tal movimento são específicas para cada empresa e seu contexto específico. Assim, a sustentabilidade empresarial deve ser analisada caso a caso, setor a setor e país a país.

No entanto, a discussão sobre a sustentabilidade empresarial até recentemente não incluía o setor bancário, sendo focada principalmente em setores mais ligados a atividades extrativistas e industriais, como papel e celulose e mineração. Até que, no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2003, 101 organizações de diversos países assinaram a Declaração Collevocchio, pressionando instituições do ramo financeiro a aprimorarem suas políticas relacionadas à alocação de recursos de forma a promover o desenvolvimento sustentável. O impacto socioambiental destas instituições, anteriormente visto como limitado, passava a ganhar maior importância no cenário global.

Em junho de 2003, dez dos principais bancos mundiais adotaram um conjunto de diretrizes voluntárias chamadas de “Princípios do Equador”. A adoção destes princípios se mostrou um marco no reconhecimento pelo setor financeiro da importância de suas atividades de financiamento (principalmente) em outras atividades produtivas e, por consequência, no meio ambiente e na sociedade. Atualmente, a atuação de instituições financeiras no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável já não se limita a boas práticas de gestão de riscos socioambientais em avaliações de financiamento, incluindo também atividades como investimento socialmente responsável, microcrédito e critérios socioambientais na seleção de fornecedores.

A Tabela 1 mostra alguns dados importantes sobre o setor no ano de 2006. Percebe-se que os bancos brasileiros possuem atuação destacada no que diz respeito ao seu porte, capilaridade e geração de empregos, tendo assim influência importante na economia nacional.

Tabela 1 - Porte, Capilaridade e Geração de Empregos de Bancos Brasileiros

Ativo Total (em R\$ mil):	1.948.135.339	% Crédito / PIB:	34,3%
Patrimônio líquido (em R\$ mil):	185.919.220	Número de agências:	18.087
Lucro Líquido Total (em R\$ mil):	19.160.750	Número de empregos:*	424.993
Depósito Total (em R\$ mil):	764.669.168	Investimento Social (em R\$ milhões):	1.151

Fonte: Febraban 2006

* Dados referentes aos 28 bancos que participaram da pesquisa da Febraban 2006

O setor financeiro brasileiro vem recebendo elogios da mídia por sua responsabilidade socioambiental. Em 28 de março de 2007, o jornal Valor Econômico publicou uma matéria constatando, com base em resultados de uma pesquisa realizada pelo *International Finance Corporation* (IFC), que o Brasil é líder na sustentabilidade bancária e que bancos que possuem critérios socioambientais agregaram valor ao seu negócio (BARROS, 2007). No dia 25 de abril deste mesmo ano, o mesmo jornal publicou outra matéria, desta vez enfatizando o destaque do país nos Princípios do Equador, por sermos hoje o país emergente com o maior número de bancos signatários destes princípios (MATTOS, 2007). Embora as afirmações da mídia possam servir de motivadores para estimular uma maior incorporação da sustentabilidade pelos bancos brasileiros, questiona-se até que ponto critérios socioambientais estão hoje inseridos na estratégia de negócios destas instituições.

Durante o período de dezembro de 2006 a agosto de 2007, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), em parceria com o Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com o *Forum for Corporate Sustainability Management* (CSM) do *International Institute for Management Development* (IMD), realizou uma pesquisa no setor financeiro brasileiro intitulada “Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro”. Através de metodologia essencialmente qualitativa, composta da análise dos relatórios de sustentabilidade dos bancos, da realização de entrevistas com 67 altos executivos do setor e do envio de questionários, o estudo conclui que as questões de

sustentabilidade afetam a criação de valor das instituições financeiras, configurando assim o chamado *business case* para a sustentabilidade corporativa no setor (LINS e WAJNBERG, 2007). O trabalho pioneiro realizado pela FBDS inspirou o presente estudo, que por sua vez buscou averiguar a presença desta justificativa de negócios nos documentos públicos das empresas do setor bancário.

1.2. Objetivo e Pergunta da Pesquisa

De acordo com Epstein (2003), somente é possível integrar aspectos sociais e ambientais na estratégia empresarial quando as empresas conseguem estabelecer uma justificativa de negócios para um bom desempenho socioambiental. Embora seja possível atuar de forma responsável simplesmente porque se acredita que “é a coisa certa a ser feita”, tal justificativa fica vulnerável a mudanças na gestão, ciclos financeiros e mudanças nas prioridades das sociedades. Sem poder medir aquilo que se pretende gerir, torna-se mais difícil obter o apoio para a implementação de projetos de natureza social e ambiental

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar como a sustentabilidade corporativa no setor bancário brasileiro está sendo divulgada e justificada. Em outras palavras, esta pesquisa buscou analisar nos relatórios e *websites* das empresas como os projetos de sustentabilidade estão sendo associados com o desempenho financeiro corporativo.

Desta forma, a pergunta que orientou esta dissertação foi:

- Na divulgação de informações pelos bancos brasileiros, as práticas para a sustentabilidade estão relacionadas com o desempenho financeiro?

1.3. Relevância do estudo

A integração de aspectos sociais e ambientais nas estratégias das empresas é hoje tema para inúmeras publicações de diferentes naturezas, como reportagens em jornais, relatórios de

instituições internacionais, artigos acadêmicos, estudos de caso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Entretanto, não foram identificados estudos acadêmicos tratando da associação da sustentabilidade com o desempenho financeiro nos bancos brasileiros.

A investigação da sustentabilidade no setor bancário ajudará os bancos a entenderem até que ponto suas práticas de gestão para a sustentabilidade podem ser aprimoradas, de forma a incorporarem métricas e indicadores que facilitem o acompanhamento e monitoramento. Além disso, acredita-se que este estudo possui valor não só para empresas do setor bancário, mas também para empresas de outros setores, à medida que aprofunda o conhecimento na avaliação de desempenho de práticas para a sustentabilidade.

Adicionalmente, ao avaliar as informações sobre as práticas para a sustentabilidade no setor bancário, esta dissertação trará como consequência um panorama geral da existência destas práticas nos diversos bancos analisados. Assim, a presença ou não destas práticas neste setor oferecerá ao leitor uma visão sobre a incorporação da sustentabilidade no setor bancário brasileiro.

1.4. Delimitação da pesquisa

Esta pesquisa ocorreu durante o ano de 2007. Sua amostra é composta somente por bancos brasileiros.

O restante deste trabalho está dividido da seguinte forma: o segundo capítulo apresenta a revisão de literatura, abordando as principais contribuições para o entendimento do tema; o terceiro descreve a metodologia, incluindo a determinação da amostra, as fontes e procedimentos de coleta dos dados, tratamento dos dados e limitações do método adotado; no quarto são apresentados os resultados obtidos; e por fim, no quinto capítulo estão as conclusões do estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura está dividida em quatro seções. A primeira tem como principal objetivo apresentar a definição do conceito de sustentabilidade corporativa, contextualizando o tema central desta dissertação. Esta mesma seção ainda apresenta dois outros conceitos relacionados ao tema da sustentabilidade corporativa: *triple bottom line* e teoria dos *stakeholders*. Após ler esta seção, espera-se que o leitor possa responder à seguinte pergunta: “O que é sustentabilidade corporativa?”.

Na seção seguinte é feito um levantamento dos estudos que associam o desempenho socioambiental e o desempenho financeiro, apresentando diferentes abordagens que visam analisar, de forma geral, se um bom desempenho ambiental se traduz em bom desempenho financeiro. Assim, esta seção tem como alvo responder o seguinte questionamento: “Qual é a relação entre a sustentabilidade e o desempenho financeiro corporativo?”.

A terceira seção aborda a avaliação dos resultados das práticas de sustentabilidade. Nesta seção, buscou-se identificar estudos anteriores que analisaram como as práticas de sustentabilidade são justificadas e relatadas e até que ponto a divulgação de informações sobre sustentabilidade faz associação com o desempenho financeiro corporativo. Em outras palavras, a pergunta que esta seção visa responder é: “Como o desempenho socioambiental das empresas está sendo avaliado?”.

Por último, a revisão de literatura identifica as práticas de sustentabilidade no setor bancário. São analisados nesta seção estudos anteriores realizados em instituições financeiras, índices de sustentabilidade e relatórios de sustentabilidade de instituições bancárias. O objetivo desta seção é responder à seguinte pergunta: “Quais são as principais práticas de sustentabilidade no setor bancário?”.

2.1. *Conceituação da sustentabilidade corporativa*

Segundo Van Marrewijk (2003), embora exista grande debate quanto à definição correta do termo sustentabilidade corporativa (SC), uma definição geral do termo é: “atividades empresariais que demonstram a inclusão de aspectos sociais e ambientais na operação do negócio e nas interações com *stakeholders*”. Segundo o autor, este conceito pode ter cinco possíveis abordagens consideravelmente distintas:

- SC orientada para a conformidade: neste modo, a SC consiste em possibilitar o bem-estar da sociedade dentro dos limites legais;
- SC orientada à lucratividade: esta abordagem somente permite a integração de aspectos éticos, sociais e ambientais à medida que contribui positivamente para o resultado financeiro;
- SC como preocupação com a sociedade: esta interpretação considera que iniciativas socioambientais vão além da conformidade legal e da necessidade de ganhos econômicos;
- SC sinérgica: consiste na procura de soluções que criam valor nas esferas econômica, social e ambiental ao mesmo tempo, onde todos os *stakeholders* saem ganhando;
- SC holística: a sustentabilidade holística consiste na integração total da sustentabilidade em cada aspecto da corporação, buscando a contribuição para a qualidade e a continuação da vida para cada ser e entidade, agora e no futuro.

A definição genérica da sustentabilidade corporativa mencionada acima, juntamente com a classificação destas cinco abordagens é de fundamental importância, pois deixa claro que a incorporação de aspectos sociais e ambientais na estratégia das empresas teoricamente não precisa estar ligada com ganhos financeiros de curto ou longo prazo. Esta visão do conceito é também apropriada, pois incorpora as teorias anteriormente propostas de impacto social, que propõem que o atendimento das necessidades dos *stakeholders* gera ganhos financeiros para a

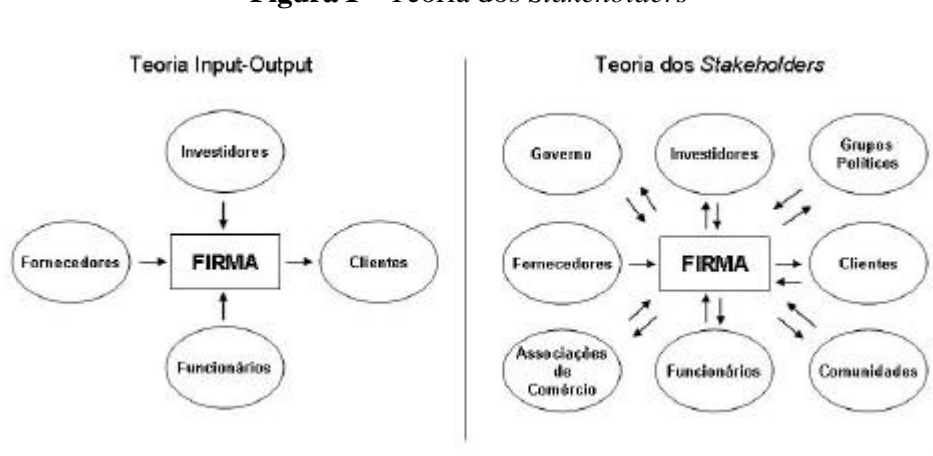
empresa através de uma série de mecanismos, e *trade-off*, que defende que a melhoria do desempenho social gera custos desnecessários (PRESTON e O'BANNON, 1997). A oposição entre estas duas perspectivas está no centro de grande parte da discussão sobre sustentabilidade corporativa.

O conceito do *triple bottom line*, proposto por Elkington (1998), é frequentemente associado à sustentabilidade corporativa e basicamente se refere à prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. O autor defende que, para superar os desafios emergentes da empresa de hoje, os executivos precisam medir o desempenho da firma não somente na dimensão econômica, mas também nas dimensões ambiental e social e para fazê-lo é necessário construir métricas que permitam avaliar a atuação de uma firma nestas duas outras esferas. Isto envolveria criar indicadores apropriados, mensurá-los com periodicidade e incluí-los no sistema contábil da empresa, de forma que estes possam ser auditados e comparados com os de outras. A construção de tais métricas ainda está em fase de elaboração, mas já existem iniciativas, como o *Global Reporting Initiative* (GRI), que propõem a padronização de uma série de indicadores que podem ser usados para a mensuração do desempenho socioambiental corporativo (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2007).

Finalmente, o terceiro conceito fundamental para o entendimento do tema é a teoria dos *stakeholders*. Esta teoria se opõe à teoria tradicional *input-output*, onde a empresa recebe os inputs de investidores, fornecedores e funcionários e os transforma em *output* para os seus clientes. A teoria dos *stakeholders* propõe que todas as pessoas e grupos com interesses legítimos e que participam da empresa têm como objetivo receber benefícios em resposta e não existe a princípio nenhum tipo de prioridade entre os diferentes *stakeholders* (DONALDSON e PRESTON, 1995). A distinção entre estas duas abordagens é ilustrada na Figura 1. A teoria dos

stakeholders se conecta com os conceitos da sustentabilidade corporativa e do *triple bottom line* à medida que enfatiza a importância da interação com os diversos grupos de interesse da firma além dos tradicionais clientes e que a forma como se dão estas interações é determinante para o desempenho da firma.

Figura 1 - Teoria dos *Stakeholders*



Fonte: Donaldson e Preston, 1995

A seção a seguir explorará melhor a relação entre as dimensões social e ambiental e a dimensão financeira.

2.2. *Relacionamento do desempenho socioambiental com o desempenho financeiro*

De acordo com Ionescu-Somers, Salzmann e Steger (2005), os trabalhos acadêmicos que estudam o relacionamento entre o desempenho socioambiental (DSA) e o desempenho financeiro corporativo (DFC) podem ser classificados em duas categorias principais: estudos teóricos e estudos empíricos.

Os estudos teóricos visam sugerir modelos que explicam a seqüência causal e a direção do relacionamento entre os desempenhos socioambiental e financeiro, gerando hipóteses que são posteriormente testadas por outros estudos. A Tabela 2 abaixo, baseada no trabalho de Preston e

O'Bannon (1997), apresenta estas hipóteses, que servem de arcabouço teórico para o entendimento do relacionamento entre desempenho socioambiental e desempenho financeiro.

Tabela 2 - Tipologias para o Relacionamento entre DSA e DFC

Sequência Causal	Direção do Relacionamento	
	Positivo	Negativo
DSA → DF	Hipótese do Impacto Social	Hipótese do <i>Trade-off</i>
DF → DSA	Hipótese dos Recursos Excedentes	Hipótese do Oportunismo
DSA ↔ DF	Sinergia Positiva	Sinergia Negativa

Fonte: Preston e O'Bannon, 1997

Ainda de acordo com Ionescu-Somers, Salzmann e Steger (2005), os estudos empíricos podem ser instrumentais e descritivos. Os estudos instrumentais visam testar as hipóteses geradas pelos estudos teóricos, através de análises qualitativas e quantitativas. As análises qualitativas se baseiam normalmente em estudos de caso, buscando explorar, por exemplo, reduções de custo, como o programa de prevenção de poluição da 3M, que gerou economias de US\$ 500 milhões de 1975 até 1989¹ (SHRIVASTAVA, 1995). Especificamente no setor de serviços financeiros, o Banco ABN AMRO Real também já foi utilizado como exemplo em sustentabilidade bancária em estudo de caso realizado por Kanther, Pinho e Raffaelli (2005), ressaltando o pioneirismo deste banco no seu mercado na adoção de uma série de práticas para a sustentabilidade. Já as análises quantitativas são executadas através de três metodologias diferentes:

1. Comparação de Portfólios: comparação do desempenho financeiro de portfólios formados por empresas com um determinado nível de desempenho socioambiental e um índice *benchmark*;
2. Estudo de Eventos: análise da influência de eventos socioambientais sobre o retorno das ações de empresas de capital aberto;

¹ Segundo o seu website, até o momento as economias geradas por este projeto já somam mais de US\$ 1 bilhão

3. Análises Multivariadas: análise do relacionamento entre desempenho financeiro e socioambiental através de regressões múltiplas.

Os estudos descritivos visam entender como os gerentes e as empresas lidam, na prática, com a incorporação da sustentabilidade nos negócios. Busca-se aqui analisar as motivações, internas e externas à organização, para a incorporação da sustentabilidade na estratégia das empresas (IONESCU-SOMERS, SALZMANN e STEGER, 2005). Exemplos de motivadores seriam a pressão de investidores por melhores práticas socioambientais e reduções de custo relacionadas à eficiência na utilização de recursos.

A figura 2 abaixo resume os tipos de estudos supracitados que relacionam o desempenho financeiro corporativo com o desempenho socioambiental.

Figura 2 - Estudos sobre Relacionamento entre DSA e DFC



Fonte: Ionescu-Somers, Salzman e Steger, 2005

O estudo do relacionamento entre responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro corporativo até hoje não gerou resultados conclusivos. Segundo Ionescu-Somers, Salzman e Steger (2005), isto pode ser atribuído às seguintes limitações nas metodologias empregadas:

- Uso de grande diversidade de medidas de desempenho socioambiental;
- Limitações nos tamanhos das amostras devido à indisponibilidade de dados;

- Uso de diferentes medidas para análise de desempenho financeiro;
- Falta de testes empíricos sobre conceitos e definições utilizados;
- Falta de testes de significância e controle sobre as interações entre as diversas variáveis sendo utilizadas, principalmente nos estudos iniciais;
- Dificuldade de estabelecer a relação de causalidade. Ainda não está claro se o desempenho socioambiental determina o desempenho financeiro ou vice-versa.

A seção a seguir apresentará os estudos anteriores que trataram da avaliação dos resultados de práticas para a sustentabilidade.

2.3. Avaliação dos resultados de práticas para a sustentabilidade

Da mesma forma que é necessária a utilização de indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira de uma empresa, ou indicadores de qualidade para avaliar a qualidade de um produto, é de fundamental importância acompanhar-se, através de metas e indicadores, os resultados das práticas do negócio onde aspectos sociais e ambientais estão inseridos. O conceito de desenvolvimento sustentável introduziu uma série de questões que às vezes ficam fora do controle direto da organização e, portanto, de mais difícil contabilização, sendo frequentemente avaliadas por julgamentos de valor em vez de dados concretos. A dificuldade de medir o desempenho de certos aspectos é realçada por a organização às vezes ter estruturas organizacionais complexas, com diferentes modelos de negócios, cujos desempenhos socioambientais acabam sendo descritos por frases corporativas genéricas (KEEBLE, TOPIOL e BERKELEY, 2003).

Segundo Epstein e Wisner (2001), da mesma forma que a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) pode ser utilizada para implementar uma determinada estratégia corporativa, também pode ser utilizada para implementar uma estratégia de sustentabilidade e associar seus

objetivos às ações e seus correspondentes desempenhos. Os autores citam o exemplo da empresa Bristol-Myers Squibb como uma firma que utiliza esta metodologia para a sua estratégia de sustentabilidade. Além disso, os autores mencionam que em pesquisa recente foram identificados vários indicadores utilizados por companhias líderes que auxiliam no processo de gestão para a sustentabilidade. A lista apresentada por estes autores inclui, por exemplo, indicadores de custos referentes a processos trabalhistas, número de devoluções de produtos, número de horas extras trabalhadas e percentual de colaboradores treinados.

Epstein e Roy (2003) pesquisaram 20 empresas, examinando seus relatórios corporativos de domínio público. Eles dividiram as práticas para a sustentabilidade em quatro tipos: meio-ambiente, saúde e segurança dos funcionários, comunidade, funcionários. Os autores buscaram verificar como estas práticas estavam sendo relatadas, classificando cada uma delas em quatro níveis de associação com o desempenho financeiro, indo desde descrições qualitativas a descrições monetizadas sobre os benefícios dos investimentos. O resultado da pesquisa revela que, embora as empresas estejam crescentemente buscando associar iniciativas socioambientais com o desempenho financeiro, poucas empresas estão conseguindo construir uma justificativa de negócios clara para a sustentabilidade.

Outro estudo de natureza parecida foi conduzido por Knox, Maklan e French (2005). Os autores analisaram os relatórios de 150 empresas líderes do índice FTSE4Good, avaliando com escalas de 5 pontos em 6 hipóteses geradas por estudos anteriores. Uma destas hipóteses está relacionada com a associação da responsabilidade social corporativa com o desempenho financeiro. A conclusão dos autores é que esta associação é limitada às empresas de grande porte; as empresas de médio e pequeno porte tendem a não fazer esta associação.

Esta conclusão está alinhada com o relatório divulgado pela Ceres-ACCA (2007) que avaliou os melhores relatórios de sustentabilidade no ano de 2006 nos EUA, Canadá e México. Segundo este relatório, a maior parte das publicações analisadas falhou em mostrar os ganhos financeiros resultantes da incorporação da sustentabilidade no negócio. A iniciativa premiou a empresa Vancity Group, empresa do setor de serviços financeiros canadense, por ter o melhor relatório de sustentabilidade, citando cinco razões principais para a premiação. Uma delas é a divulgação de completa listagem de métricas de desempenho, progresso nos objetivos e planos estabelecidos e novos objetivos para o próximo período. De fato, ao analisar o relatório de sustentabilidade desta empresa, percebe-se que este possui uma série de objetivos e metas claramente definidos e acompanhados, relacionados à força de trabalho, mudanças climáticas, governança corporativa, ética, investimento socialmente responsável, dentre outros. Tal abordagem é similar a realizada pela empresa WestPac, atuante no setor de serviços financeiros da Austrália. Esta empresa é a líder do setor bancário na avaliação do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI). O relatório desta empresa também lista suas diversas metas para a sustentabilidade, relatando o cumprimento ou não, juntamente com os indicadores utilizados para a gestão destas questões.

Especificamente no setor de serviços financeiros, foram identificados dois estudos que avaliaram a existência de uma justificativa de negócios. No primeiro deles, Hess (2003) realizou um pesquisa com 28 instituições financeiras americanas e europeias de diferentes naturezas, incluindo bancos, seguradoras, firmas de consultorias, ONGs e outras. Com base em entrevistas e questionários de percepções, o autor afirma que nem sempre faz sentido, sob a perspectiva de negócios, considerar aspectos sociais e ambientais em suas estratégias operacionais, especialmente em uma perspectiva de curto prazo limitada. No entanto, ele sugere uma série de

mecanismos pelos quais os critérios de sustentabilidade neste setor podem afetar a criação de valor das empresas:

- Reputação, prejudicando ou melhorando a percepção dos *stakeholders* quanto à empresa, de forma que o negócio passa a ser influenciado;
- Crédito, incorporando ou não aspectos sociais ou ambientais na avaliação de riscos de financiamentos de projetos;
- Seguros, criando exigíveis referentes a danos ambientais, por exemplo;
- Novos produtos, como mercado de carbono, fundos socialmente responsáveis ou micro-crédito;
- Gestão de ativos, mudando o valor de investimentos.

Além disso, em pesquisa realizada pelo IFC (2007) com 120 instituições financeiras de 43 países emergentes, foi identificado que a principal justificativa para a incorporação de aspectos sociais e ambientais nas suas práticas de gestão é o aumento na credibilidade da empresa e conseqüente ganho na reputação. Outros incentivos que também foram listados foram a criação de valor para os acionistas, redução de riscos e demandas por investidores e clientes. Além disso, a pesquisa revela que o aumento na competitividade gerado pela crescente globalização de bancos estrangeiros e sua presença em mercados emergentes está fazendo com que bancos locais adotem práticas de gestão levando em consideração a sustentabilidade. Dois bancos brasileiros são citados como casos de sucesso de sustentabilidade: Itaú BBA e Unibanco. O relatório também conclui que as instituições financeiras devem elaborar seus próprios casos de negócios, alinhados com seus objetivos e tendências de seus mercados específicos.

Lins e Wajnberg (2007) realizaram pesquisa no setor de serviços financeiros brasileiro, analisando documentos públicos, entrevistando altos executivos e enviando questionários. A

pesquisa focou sua análise nos 10 maiores bancos múltiplos com carteira comercial, além de duas instituições com atuação de fomento destacada. Entre os resultados encontrados, os autores relatam que a sustentabilidade nestas instituições ainda é muito associada às ações de caráter compensatório, como aquelas implementadas pelas diversas fundações e instituições ligadas a estes bancos. A pressão para a incorporação da sustentabilidade proveniente de atores externos não é percebida como significativa, encontrando-se diluída entre estes diversos agentes, incluindo clientes, organizações não-governamentais e a mídia. A motivação para a incorporação da sustentabilidade nestas organizações, portanto, é mais interna do que externa, proveniente principalmente dos valores de acionistas controladores ou de diretrizes traçadas por líderes. Fontes de valor como reduções de custo, fortalecimento da marca e atração de talentos, embora também tenham sido citadas, não ganharam relevância significativa no depoimento dos entrevistados.

É importante ressaltar que os três últimos estudos citados utilizaram metodologias baseadas principalmente na análise de dados primários, sendo assim passíveis de vieses relacionados às opiniões e percepções dos entrevistados. Não foram encontrados estudos empíricos que tenham analisado a avaliação de resultados de práticas para a sustentabilidade no setor de serviços financeiros através da análise de dados secundários.

A iniciativa voluntária GRI já desenvolveu um suplemento que sugere uma série de indicadores que devem ser utilizados em relatórios para auxiliar na mensuração do desempenho socioambiental de instituições financeiras (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2007). Estes indicadores estão listados na Tabela 3.

Tabela 3 - Indicadores GRI para instituições financeiras

Indicadores
Uso total de material
Resíduos totais por tipo e destino
Emissões de GEE
Descrições de políticas ambientais aplicadas para linhas centrais de negócios
Descrição de processos para avaliação de riscos ambientais em linhas centrais de negócios
Limites de aplicação de avaliações de riscos socioambientais
Descrição de processos de monitoramento da implementação de clientes do cumprimento de aspectos ambientais levantados em avaliações de riscos e oportunidades
Descrição de processos para melhorar a capacitação de funcionários na gestão de riscos e oportunidades ambientais
Número e frequência de auditorias que incluem riscos ambientais, sistemas e procedimentos relacionados às linhas centrais de negócios
Descrições de interações relacionadas com riscos e oportunidades ambientais com clientes, empresas investidoras e parceiros de negócios
Porcentagem e número de empresas no <i>portfolio</i> da empresa nas quais a empresa já se engajou com questões ambientais
Porcentagem de ativos sujeitos à <i>screening</i> positivo, negativo e melhor da classe durante o último ano de divulgação de relatórios
Descrição de política de votos em questões ambientais em ações nas quais as empresas têm o direito de exercer seus votos ou aconselhar na votação
Porcentagem de ativos nos quais a equipe de gestão tem direito de votar ou aconselhar a votação
Valor monetário total de produtos e serviços ambientais específicos segmentados de acordo com as linhas de negócio centrais
Valor do <i>portfolio</i> de cada área de negócio central segmentada por região e setor

Fonte: GLOBAL REPORTING INITIATIVE (2007)

A seção a seguir abordará as práticas de sustentabilidade no setor bancário.

2.4. Práticas de gestão para a sustentabilidade no setor bancário

Tendo em vista que esta dissertação analisará a divulgação de informações socioambientais no setor, fez-se necessário rever a literatura quanto às práticas de gestão para a sustentabilidade de instituições bancárias.

Jeucken (2001) realizou pesquisa com 34 grandes bancos internacionais selecionados a partir do critério de ativos totais, analisando os relatórios anuais e ambientais destes bancos no período

de 1998-2000. Buscando entender o estado da arte das práticas para a sustentabilidade, o autor lista sete práticas de caráter socioambiental, descritas a seguir:

- Código de conduta – uma das práticas comuns entre os bancos estudados foi a assinatura dos códigos de conduta ICC e UNEP FI;
- Divulgação de relatórios ambientais – entre os bancos estudados, a divulgação de tais relatórios apresentou ampla variação. Enquanto todos os bancos alemães, holandeses e suíços divulgavam relatórios ambientais ou de sustentabilidade, bancos italianos e franceses não divulgavam nenhum destes, enquanto que os bancos americanos focavam-se em relatórios de envolvimento comunitário;
- Sistemas de gestão ambiental – para atingir um melhor desempenho ambiental interno, os bancos mais proativos da amostra implantaram sistemas de gestão ambiental. Além disso, alguns destes bancos buscaram certificações ambientais como a ISO;
- Declaração de política ambiental – enquanto alguns bancos têm declarações claras de políticas ambientais, outros mostraram dar pouca atenção ao assunto, mesmo quando eram signatários do código de conduta UNEP;
- Avaliação e diretrizes relacionadas a riscos ambientais em financiamentos – neste aspecto, a variação regional também fica clara, com bancos na França ou Itália que não conduzem análises ambientais e outros europeus mais avançados nesta área. Além disso, também ficou evidente a diferença entre os bancos na utilização de diretrizes internacionais de exclusão de determinados setores de maior impacto socioambiental, especialmente em países em transição ou em desenvolvimento;
- Produtos financeiros de proteção ao meio-ambiente – estas são as ofertas dos bancos relacionadas diretamente com a sustentabilidade. Isto inclui fundos socialmente responsáveis,

financiamentos ambientais, arrendamentos ambientais, aconselhamento ambiental para clientes industriais, seguros ambientais, microcrédito, e produtos relacionados à mudanças climáticas;

- Atividades e patrocínios socioeconômicos - inclui atividades de patrocínio e caridades, com foco externo (ex: projetos voluntários com as comunidades locais) , assim como atividades voltadas para dentro destas instituições, como a promoção de oportunidades de carreiras iguais e treinamentos.

De forma semelhante ao estudo de Jeucken (2001), a empresa de consultoria Strandberg Consulting (2005) realizou pesquisa com 11 instituições financeiras caracterizadas como líderes em sustentabilidade no cenário global, com o objetivo de entender as melhores práticas para a sustentabilidade sendo aplicadas atualmente. Os resultados da pesquisa destacam uma série de práticas, incluindo:

- Incorporação da sustentabilidade na missão e valores corporativos;
- Estabelecimento de comitês e mecanismos de governança;
- Designação de executivo responsável pelo tema dentro da corporação;
- Treinamento de funcionários no tema da sustentabilidade ;
- Incorporação da sustentabilidade em contratos e sistemas de remuneração;
- Publicação de relatórios de sustentabilidade;
- Estabelecimento de metas para desempenho social e ambiental, como neutralidade em carbono;
- Desenvolvimento de diretrizes de sustentabilidade para avaliação de fornecedores;
- Desenvolvimento de políticas e procedimentos relacionados a riscos de sustentabilidade;

- Programas ecológicos internos que minimizam o uso de recursos ou fazem a compensação de impactos ambientais adversos;
- Engajamento de *stakeholders*;
- Iniciativas para reforçar a associação da marca com a sustentabilidade;
- Educação de clientes, governos e público em geral sobre questões relativas à sustentabilidade
- Novos produtos, como:
 - Ambientais:
 - Financiamentos ambientais, como projetos de energia renovável ou conservação de água ;
 - Financiamento de commodities ambientais;
 - Desenvolvimento de edifícios “verdes”;
 - Fundos socialmente responsáveis;
 - Serviços de aconselhamento ambiental;
 - Projetos de compensação de emissões de carbono ;
 - Seguros para riscos ambientais.
 - Sociais:
 - Financiamentos para o desenvolvimento de pequenas empresas;
 - Serviços de aconselhamento para pequenas empresas;
 - Microcrédito;
 - Fundos socialmente responsáveis, incluindo produtos de investimento em comunidades;
- Utilização de parcerias com organizações não-governamentais;
- Filantropia e programas de voluntariado.

Adicionalmente, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE) e o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) avaliam a sustentabilidade nas práticas de gestão de instituições bancárias através de questionários específicos para o setor. No caso do ISE, o questionário específico se restringe à dimensão ambiental, utilizando o questionário genérico para as outras dimensões. A Tabela 4 e a Tabela 5 apresentam um levantamento das práticas avaliadas por estes dois índices nos questionários do ano de 2007, fornecendo uma breve descrição sobre cada prática.

Tabela 4 - Relação de práticas ambientais avaliadas pelo ISE e DJSI em instituições financeiras

Dimensão Ambiental	
Prática	Descrição
Ecoeficiência	É solicitado às empresas o preenchimento de dados referentes às suas emissões de gases efeito estufa, uso de água, consumo de energia (total e renovável), geração de resíduos, consumo de papel normal, reciclado, e com selo de boas práticas, quilômetros viajados (ar e terra) e atividades da empresa para reduzir a sua pegada ecológica.
Divulgação de informações ambientais	Critérios de conteúdo, contexto e cobertura das informações ambientais disponibilizadas através dos relatórios (anuais, de sustentabilidade e outros) e websites são avaliados neste quesito.
Política e sistemas de gestão ambiental	Abrangência de suas políticas, educação dos funcionários sobre questões ambientais relevantes para o negócio, sistemas de informações relacionados às informações ambientais, certificações de qualidade referentes aos sistemas de gestão ambiental.
Governança de mudanças climáticas	Integração de aspectos desta questão na missão da empresa, estrutura organizacional, educação e sistemas de incentivos, medidas de mitigação das mudanças climáticas em atividades operacionais próprias e de clientes de financiamento, informações disponíveis sobre a questão em sistemas da empresa, iniciativas para a conscientização da sociedade quanto à questão, intenção de atingir a neutralidade de carbono, iniciativas voluntárias para a preservação de ecossistemas.
Avaliação socioambiental de financiamentos	Práticas e ferramentas relacionadas à avaliação de riscos socioambientais em financiamentos, utilização de diretrizes internacionais para financiamentos, interações com <i>stakeholders</i> na avaliação, auditorias para assegurar veracidade dos dados apresentados, adoção dos Princípios do Equador, porte das empresas e projetos que passam por estas avaliações, número, valor total e exemplos de projetos avaliados.
Oportunidades de negócios em novos produtos e serviços	Novos produtos relacionados a mudanças climáticas, financiamentos socioambientais e outros, nas áreas de varejo, atacado, gestão de recursos, e etc.
Critérios ambientais na seleção de fornecedores	Avaliação de fornecedores e prestadores de serviço em critérios como adoção de padrões ambientais em produtos e serviços destas empresas, políticas ambientais, etc. Medidas para assegurar que estas empresas passem a se enquadrar nos padrões exigidos.
Questões regulatórias	Áreas de preservação permanentes, reservas e passivos legais em nome da companhia ou clientes.

Fonte: Adaptado de ISE e DJSI (2007)

Tabela 5 - Relação de práticas sociais avaliadas pelo ISE e DJSI em instituições financeiras

Dimensão Social	
Prática	Descrição
Práticas relacionadas à força de trabalho	Percentual de minorias na gerência, percentual de minorias no quadro total de funcionários, remuneração de minorias em relação à remuneração média, representação de sindicatos, demissões, políticas relacionadas à segurança e à saúde de funcionários, políticas relacionadas ao recebimento de <i>feedback</i> dos colaboradores, adoção de acordos relacionados a direitos humanos, treinamentos, retenção de talentos, avaliações de desempenho, satisfação dos funcionários, percentual da força de trabalho representada por terceiros.
Iniciativas voluntárias/filantrópicas	Sistemas de mensuração das contribuições de iniciativas voluntárias, tipo e valor das contribuições.
Divulgação de informações sociais	Critérios de conteúdo, contexto e cobertura das informações sociais disponibilizadas através dos relatórios (anuais, de sustentabilidade e outros) e websites são avaliados neste quesito.
Critérios sociais na seleção de fornecedores	Avaliação de fornecedores e prestadores de serviço em critérios sociais, relacionados, por exemplo, à adesão a padrões referentes à força de trabalho, direitos humanos, etc. Medidas para assegurar que estas empresas passem a se enquadrar nos padrões exigidos.
Oportunidades de negócios em novos produtos e serviços	Oferecimento de serviços como microcrédito, educação financeira, e outros.
Ética em financiamentos e investimentos	Políticas relacionadas à exclusão do portfólio das empresas de certos tipos de negócios com questões éticas ou relacionadas a direitos humanos, exemplos de negócios excluídos.
Código de conduta	Existência de código de conduta empresarial.
Questões regulatórias	Questões relativas a processos pendentes na justiça relacionados à violação de direitos de consumidor, violação de regras de trabalho, etc.

Fonte: Adaptado de ISE e DJSI (2007)

No que diz respeito à incorporação de práticas de sustentabilidade no contexto bancário nacional, é importante mencionar a atuação do Banco ABN AMRO Real, recebendo diversas premiações, incluindo o prêmio Financial Times no ano de 2006 como o banco sustentável de mercados emergentes, o *World Business Award* da Câmara Internacional do Comércio (2006) e Prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio (2006), além de ser considerado uma das dez empresas-modelo do País pelo Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa (2006). No ano de 2007, o seu relatório de sustentabilidade ganhou o selo A+ da GRI, somente recebido por outras seis empresas no mundo. De fato, o documento apresenta a incorporação de uma série de práticas, incluindo:

- Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos;
- Microcrédito;
- Fundos Socialmente Responsáveis;
- Ecoeficiência;
- Programas de reciclagem de papel;
- Programas de melhorias na qualidade do ambiente de trabalho ;
- Diversidade na força de trabalho;
- Treinamento para colaboradores;
- Critérios socioambientais na seleção de fornecedores;
- Financiamentos Socioambientais;
- Mercado de Carbono;
- Envolvimento Comunitário.

Tendo revisto as fontes de conhecimentos relativas às práticas para a sustentabilidade, a próxima seção descreverá a metodologia utilizada nesta pesquisa.

3. METODOLOGIA

Conforme mencionado anteriormente, busca-se nesta pesquisa entender, na divulgação de informações das empresas do setor bancário brasileiro, como o desempenho socioambiental está sendo associado ao desempenho financeiro corporativo. Este capítulo aborda a metodologia utilizada nesta pesquisa, sendo dividido em quatro itens: universo e amostra, fonte e coleta de dados, tratamento de dados e limitações do método.

3.1. Universo e Amostra

De acordo com o Banco Central, os bancos brasileiros podem ser classificados em duas categorias: instituições bancárias independentes e conglomerados bancários.

As instituições bancárias independentes são de cinco tipos: banco comercial, banco múltiplo, caixa econômica federal, banco de investimento e banco de desenvolvimento. Estas instituições se diferenciam de acordo com o tipo de suas atividades. A Tabela 6 abaixo resume as descrições das atividades, conforme fornecidas pelo Banco Central.

Tabela 6 - Definição dos tipos de Instituições Bancárias Independentes

Tipo de Banco	Descrição
Banco Comercial	Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco".
Banco Múltiplo	Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco".
Caixa Econômica Federal	A Caixa Econômica Federal, criada em 1.861, está regulada pelo Decreto-Lei 759, de 12 de agosto de 1969, como empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Trata-se de instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
Banco de Investimento	Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Investimento". Não possuem contas correntes e captam recursos via depósitos a prazo, repasses de recursos externos, internos e venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados. As principais operações ativas são financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos.
Banco de Desenvolvimento	Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado. As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico. As operações ativas são empréstimos e financiamentos, dirigidos prioritariamente ao setor privado. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Desenvolvimento", seguida do nome do Estado em que tenha sede.

Fonte: Site Banco Central do Brasil - Composição do Sistema Financeiro Nacional, 11/06/2007.

Ainda segundo a definição do Banco Central, um conglomerado bancário é um conjunto de instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos contábeis. Estes conglomerados se dividem em dois tipos: conglomerados bancários I, cuja composição possui pelo menos um banco comercial ou um banco múltiplo com carteira comercial, e conglomerados bancários II, que não possuem nenhum destes dois tipos de bancos, mas possuem pelo menos um banco múltiplo sem carteira comercial, ou um banco de investimento ou um banco de desenvolvimento.

O universo composto pelos bancos brasileiros (incluindo instituições bancárias independentes e conglomerados bancários I e II) totaliza 134 bancos, de acordo com listagem do Banco Central com data-base de Março de 2007, apresentada no apêndice A.

O primeiro filtro da pesquisa buscou a comparabilidade dos bancos analisados, limitando a amostra de forma que esta possuísse somente instituições independentes e conglomerados bancários com carteira comercial. Este critério foi aplicado para evitar que instituições fossem avaliadas em práticas que fogem do escopo de seus negócios. Por exemplo, seria inapropriado avaliar um banco de investimento em uma prática de microcrédito ou um banco de desenvolvimento em uma prática de investimento, como fundos socialmente responsáveis, pois estas simplesmente não fazem parte de suas atividades. Assim, foram retiradas as instituições bancárias independentes de investimento e de desenvolvimento, assim como os conglomerados bancários II, deixando a amostra com 104 instituições.

O ativo total das instituições restantes é fortemente concentrado nos seus maiores bancos, como mostra a Tabela 7. Em função desta concentração, decidiu-se utilizar os 50 maiores bancos, por já representarem de forma significativa todos os bancos múltiplos, comerciais e a Caixa Econômica Federal (CEF), excluindo assim 54 instituições da amostra. Foi realizada uma inspeção visual nestas 54 instituições para assegurar que nenhum banco com atuação destacada

na área de sustentabilidade tivesse sido eliminado da amostra. Este procedimento não encontrou nenhuma instituição que, caso permanecesse na amostra, pudesse afetar significativamente os resultados da pesquisa.

Tabela 7 – Participação dos maiores bancos múltiplos, comerciais e CEF no somatório de ativo total

Número de Bancos	Participação no Ativo Total
5 Maiores	60,43%
10 Maiores	82,24%
20 Maiores	92,23%
30 Maiores	95,53%
50 Maiores	98,45%
70 Maiores	99,61%
90 Maiores	99,93%

Fonte: Site Banco Central do Brasil - Informações Cadastrais e Contábeis, 11/06/2007.

O último filtro da amostra está relacionado ao acesso às informações. Esta pesquisa utilizou dados secundários para a avaliação do nível de associação das informações socioambientais com o desempenho corporativo. Foram somente analisados os documentos referentes ao ano fiscal de 2006 ou biênio de 2005/2006, por duas razões:

1. Considerou-se que possíveis avanços na divulgação de informações socioambientais estão refletidos nos últimos relatórios e nos websites das empresas;
2. Não se pretende neste trabalho avaliar a evolução na divulgação das informações socioambientais pelos bancos brasileiros.

A Tabela 8 lista os documentos analisados:

Tabela 8 - Fontes de Informação

Relatório Anual
Relatório IAN - CVM
Relatório de Balanço Social
Relatório de Responsabilidade Social/Responsabilidade Social Corporativa
Relatório de Sustentabilidade
Websites

Foi verificada a disponibilidade das informações relativas às empresas para a condução da pesquisa. Para que um banco pudesse participar desta amostra, ele precisaria ter disponibilizado ao público pelo menos uma das fontes de informações descritas na Tabela 8. Quando uma determinada instituição disponibilizou somente o relatório do ano anterior correspondente, este foi utilizado por ser considerado a melhor demonstração disponível de divulgação de informações da empresa. Além disso, foram somente considerados os websites com informações específicas para o Brasil, por esta pesquisa tratar da atuação dos bancos no território brasileiro e não em qualquer outro país (por exemplo, no país sede de uma instituição multinacional). Assim, o último filtro da amostra consistiu na eliminação daqueles bancos que não possuísem nenhuma destas fontes de informação, que estão apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Bancos eliminados por não possuírem nenhuma fonte de informação

JP MORGAN CHASE
SS
CLASSICO
BARCLAYS
DRESDNER

O último filtro deixou a amostra com 45 instituições, apresentada no apêndice B.

3.2. Fonte e Coleta de Dados

Este trabalho utilizou metodologia similar à proposta por Epstein (2003), por ser a única identificada na revisão de literatura que trata o relacionamento com o desempenho financeiro nos relatórios das empresas, de forma a segregar os níveis de divulgação de informações socioambientais e integração com o desempenho financeiro corporativo. A metodologia de Epstein utiliza os seguintes níveis de divulgação de informação:

- Nível 1: As informações divulgadas sobre a prática em questão são de caráter descritivo, não-associadas ao desempenho financeiro;
- Nível 2: Informações quantificadas, porém não relacionadas ao desempenho financeiro;

- Nível 3: Informações monetizadas, referentes a investimentos e outras despesas e portanto, parcialmente associadas ao desempenho financeiro;
- Nível 4: Informações monetizadas, referentes aos benefícios dos investimentos, diretamente associadas ao desempenho financeiro.

Uma integração nível 1 dos elementos sociais e ambientais significa uma descrição das atividades da empresa relacionadas às ações para a sustentabilidade, o desempenho da sustentabilidade ou as reações dos *stakeholders*. Não existe, neste nível, qualquer utilização de medidas quantificadas ou monetizadas. Já a integração nível 2 utiliza métricas para descrever as suas ações para a sustentabilidade. Assim, em um programa de redução de uso de energia, uma simples descrição sobre o programa seria considerada uma integração nível 1, enquanto uma descrição com o número de *megawatts* que foram economizados já consistiria em uma integração nível 2.

A integração nível 3 já é parcialmente ligada com o desempenho financeiro, pois, no exemplo acima citado, apresenta descrições monetárias dos investimentos e custos necessários para a redução no uso de energia. Já o último nível de integração (4), mostra claramente os benefícios relacionados ao programa em questão; no caso do programa de redução de energia, este nível seria encontrado caso a empresa mostrasse a economia, em reais (ou qualquer outra moeda), alcançada através do programa.

A metodologia de Epstein contou com uma análise inicial dos relatórios das empresas da amostra para identificar práticas comuns de sustentabilidade, assegurando que toda empresa analisada alcançaria no mínimo o nível 1 de divulgação de informações. Nesta pesquisa, esta análise inicial não foi feita, o que levou à necessidade de adicionar um nível anterior ao nível 1, que representaria a inexistência da prática em questão. Este foi designado nível 0.

A etapa seguinte foi a identificação das práticas que seriam analisadas nos relatórios. A revisão de literatura identificou um grande número e variedade de práticas para a sustentabilidade em instituições financeiras, indo desde as internas, referentes aos colaboradores, até aquelas que afetavam a interação com *stakeholders* externos, como clientes e fornecedores. As diferentes práticas analisadas mostraram-se também de variados graus de dificuldade de quantificação e associação com desempenho financeiro; ou seja, enquanto a mensuração dos benefícios monetizados (nível 4) da prática de microcrédito seria razoavelmente intuitiva na lógica de negócios, medindo-se receitas e lucro, a quantificação monetizada do aumento de produtividade decorrente de programas de melhoria do ambiente de trabalho seria obviamente mais difícil. A mesma situação acontece quando se busca aferir ganhos decorrentes de práticas como publicação de relatórios de sustentabilidade, planos de treinamento para colaboradores ou programas de diversidade na força de trabalho, citando somente alguns exemplos. Fica evidente, portanto, que muitas das iniciativas identificadas na revisão de literatura como práticas para a sustentabilidade são de difícil quantificação e mensuração de benefícios, o que por consequência torna difícil a utilização de uma grade completa e pormenorizada para avaliação dos níveis de divulgação de informações socioambientais no setor financeiro.

Assim, o primeiro critério para a seleção das práticas analisadas é que elas deveriam ser de igual ou similar dificuldade de quantificação. Optou-se, desta forma, pela escolha somente de práticas para a sustentabilidade que estivessem diretamente ligadas com a geração de receitas para o banco, ou seja, ligadas às atividades fins do negócio. A escolha destas práticas utilizou primariamente dois documentos:

1. Relatório de Sustentabilidade 2006 do Banco ABN AMRO Real. Conforme descrito na revisão de literatura, a atuação na área de sustentabilidade desta instituição já concedeu a este

banco diversos prêmios, incluindo o prêmio Financial Times de banco sustentável de países emergentes no ano de 2006, o *World Business Award* da Câmara Internacional do Comércio (2006) e Prêmio Eco da Câmara Americana de Comércio (2006). Além disso, o relatório examinado ganhou em 2007 o selo A+ da GRI, somente recebido por outras seis empresas no mundo;

2. Questionário ISE 2007 específico para instituições financeiras. Utilizado para determinar as empresas de capital aberto capacitadas a entrar no Índice de Sustentabilidade da Bovespa, este questionário é também uma ferramenta de referência (no âmbito nacional) para gestores na incorporação de práticas de sustentabilidade.

A varredura destes dois documentos revelou cinco práticas iniciais que se enquadravam neste critério: microcrédito, fundos socialmente responsáveis, financiamentos socioambientais, seguros ambientais e atividades relativas ao mercado de carbono. Estas cinco práticas também foram mencionadas nos estudos de Hess (2003), Jeucken (2001), além de fazerem parte do questionário DJSI. Buscou-se, com estas práticas, construir uma grade de análise consistente, uma vez que elas apresentam grau de dificuldade de mensuração similar e relevante, tendo em vista a sua direta ligação com as atividades fins dos bancos.

Optou-se ainda pela adição de duas outras práticas à listagem inicial, que embora não se enquadrassem no critério descrito acima, mostraram-se relevantes para o setor bancário: avaliação de riscos socioambientais em financiamentos e ecoeficiência. A avaliação de riscos socioambientais foi escolhida devido a indicações na revisão da literatura da grande relevância desta prática no contexto da sustentabilidade bancária, sendo considerado o principal impacto do setor no meio-ambiente e na sociedade, embora seja um impacto indireto. Já a ecoeficiência foi somada ao quadro das práticas analisadas por ser a principal fonte de impacto socioambiental

direto de uma instituição financeira, tendo em vista a sua natureza de prestadora de serviços e , portanto, sem qualquer atividade extrativista ou produto nocivo ao meio-ambiente. A adição destas duas práticas formou assim um quadro de sete práticas que seriam analisadas.

Foi então necessário definir quais seriam os indicadores relacionados com cada um dos níveis em cada uma das práticas. Os indicadores identificados buscam construir a justificativa de negócio de cada uma destas práticas, ou seja, como cada uma delas estaria contribuindo para o desempenho financeiro corporativo. A Tabela 10 apresenta estas práticas e seus correspondentes indicadores.

Tabela 10 - Práticas para a sustentabilidade e métricas relacionadas

Prática	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	- Descrição de políticas de avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	- Número de projetos avaliados, aprovados ou negados seguindo princípios socioambientais	- Valor total de projetos avaliados, aprovados ou negados	- Economia gerada pela redução da inadimplência - Redução do risco de crédito da carteira de clientes
Microcrédito	- Descrição do programa, tipo de público atendido	- Número de pessoas beneficiárias do programa - Número de operações	- Valor da carteira do programa - Percentual da carteira de crédito alocada no programa de micro-crédito	- Receitas provenientes do programa - Lucro obtido com o programa
Fundos Socialmente Responsáveis	- Nome e descrição da natureza e políticas dos fundos	- Número de fundos - Número de cotistas	- Patrimônio líquido dos fundos	- Receitas provenientes de taxas dos fundos - Lucro obtido com o fundo
Financiamentos Socioambientais	- Descrição de forma genérica, sobre linhas de financiamento existentes no banco	- Número de linhas de financiamento socioambientais - Número de tomadores de empréstimo	- Valor da carteira de financiamentos socioambientais - Percentual da carteira de crédito alocada para estas linhas de financiamento	- Receitas provenientes destas linhas - Lucro obtido com estas linhas
Mercado de Carbono	- Descrição de serviços oferecidos	- Número de clientes - Número de projetos MDL assessorados - Número de contratos de venda	- Valor de títulos de carbono comercializados	- Receitas provenientes de serviços oferecidos
Seguros Ambientais	- Descrição de seguros oferecidos	- Número de clientes - Número de seguros oferecidos	- Valor da carteira de seguros ambientais	- Receitas provenientes de seguros ambientais - Lucro proveniente de seguros ambientais
Ecoeficiência	- Nome de programas, descrições das iniciativas e políticas	- Indicadores operacionais relacionados à redução no uso de recursos como água, papel, energia - Redução na geração de resíduos sólidos	- Custos envolvidos para a redução da utilização de recursos (ex: implantação de sistemas de gestão ambiental)	- Economia gerada pela melhor utilização de recursos

Quando foi encontrado mais do que um nível de divulgação de informações socioambientais para uma mesma prática em um banco, prevaleceu o nível mais alto, considerando-se que representa um esforço adicional para a mensuração do desempenho. Por exemplo: se, em um determinado relatório, um programa de redução de energia relata não só o número de *megawatts* consumidos a menos (nível 2 de divulgação de informações) mas também a economia de custos por ele gerada (nível 4), considerou-se que a empresa possui nesta prática o nível 4 de divulgação de informações socioambientais. Da mesma forma, quando a divulgação de informações sobre determinado conglomerado bancário segmentou o relato entre as diversas instituições que compõem a *holding*, foi considerado também o maior nível de integração. Por exemplo, se a prática de avaliação de riscos socioambientais em um determinado conglomerado A atingiu nível 1 na instituição A1 que faz parte deste conglomerado e nível 2 na instituição A2 que também compõe esta *holding*, permaneceu o nível 2, pela mesma razão supracitada.

A busca por estas práticas e suas correspondentes métricas nas fontes de dados se deu na seguinte ordem:

- (1) Em primeiro lugar, foi obtido no site da empresa o relatório que usualmente contém informações socioambientais, normalmente chamado de relatório de sustentabilidade, relatório de responsabilidade social, relatório de responsabilidade social corporativa ou balanço social. O relatório, caso não possuísse um índice separado por práticas de sustentabilidade, foi examinado por completo, buscando informações sobre as práticas identificadas na Tabela 10, seguindo a ordem delineada neste quadro;
- (2) Em seguida, buscou-se o relatório anual disponibilizado no seu site. Caso a empresa não possuísse o relatório anual, buscou-se o relatório IAN, entregue anualmente à CVM pelas empresas de capital aberto. Para as empresas que não têm ações negociadas em bolsa, buscou-se

as demonstrações financeiras no site da empresa. Da mesma forma que no item anterior, estes relatórios foram examinados por completo, buscando informações sobre as práticas identificadas na Tabela 10, seguindo a ordem delineada neste quadro;

(3) Por fim, foi examinado o website da empresa. A análise dos websites foi homogênea em todas as empresas examinadas, buscando-se informações na seguinte ordem:

- Primeiramente, buscou-se o local dedicado à área de responsabilidade social, socioambiental ou de sustentabilidade da empresa, considerando-se que estes seriam os lugares mais prováveis de se encontrar as informações necessárias;
- Em seguida, buscou-se por estas informações na área do site destinada às relações com investidores;
- Finalmente, buscou-se informações nas demais áreas do site.

3.3. *Tratamento dos dados*

Neste trabalho foi utilizada estatística descritiva para a análise dos resultados. Com o objetivo de entender o nível de integração das informações socioambientais com o desempenho financeiro, foram feitas seis análises:

1. Composição total dos níveis de divulgação de informações socioambientais. Nesta análise, buscou-se entender qual a participação de cada um dos níveis de divulgação em todos os relatos de práticas de sustentabilidade, obtendo-se assim um panorama geral sobre o nível de integração com o desempenho financeiro na divulgação de informações socioambientais no setor bancário brasileiro;
2. Composição do número de práticas divulgadas. O objetivo desta análise é mostrar o número de bancos que divulga informação sobre determinado número de práticas, apresentando, por

exemplo, o número de bancos que não divulga informações sobre nenhuma das práticas analisadas neste estudo;

3. Composição dos níveis de divulgação de informações socioambientais entre as práticas de sustentabilidade. O objetivo desta análise foi entender que práticas de sustentabilidade possuem maior nível de integração com o desempenho financeiro na sua divulgação de informações;
4. Composição dos níveis de divulgação nos maiores bancos. Procurou-se neste momento segmentar a amostra por porte dos bancos, com a finalidade de verificar se a integração com o desempenho financeiro na divulgação de informações mostrava padrões diferentes em bancos de portes diferentes;
5. Pontuação total dos bancos na divulgação de informações socioambientais. Neste item, buscou-se avaliar individualmente quais os bancos que apresentaram maior nível de integração com o desempenho financeiro;
6. Localização das informações socioambientais. A varredura das fontes de informações utilizadas pelos bancos brasileiros possibilitou entender a participação de cada uma destas fontes (relatório anual, relatório de sustentabilidade e websites) na divulgação total de informações socioambientais no setor;
7. Localização das informações nos maiores bancos. A análise realizada no item anterior se repete neste item, porém segmentando a amostra por porte das instituições bancárias.

3.4. Limitações do Método

Em primeiro lugar, deve-se mencionar que a amostra dos 50 maiores bancos exclui um número considerável (54) de bancos de menor porte. É possível que, embora representem menos que 2% do ativo total do setor, estes bancos exibam diferentes níveis de divulgação de

informação, que poderiam ser relevantes para a análise completa do setor bancário. No entanto, a pesquisa contou com inspeção visual dos bancos eliminados, que não encontrou nenhuma instituição que pudesse influenciar significativamente.

Também não foram incluídos bancos de investimento e de desenvolvimento, por terem atividades mais focadas, que impossibilitariam uma análise nas diferentes dimensões que bancos múltiplos ou comerciais apresentam. Não é possível, no entanto, ignorar a possibilidade de estes bancos possuírem níveis distintos de divulgação de informações relativas a atividades de investimento ligadas à sustentabilidade.

Adicionalmente, a análise utilizou somente dados públicos, por consequência não acessando relatórios internos que talvez possuam as informações procuradas nesta pesquisa. Assim, é possível que as empresas tenham um nível mais elevado de integração das informações socioambientais que somente consta em relatórios gerenciais não divulgados para o público externo.

Além disso, é importante ressaltar que as definições conceituais das práticas variam entre os bancos analisados. Por exemplo, a prática de microcrédito, embora tenha ganho reconhecimento internacional (pelo Banco Grameen) com a sua natureza de microcrédito produtivo orientado, também é vista por alguns bancos como empréstimos de pequenas quantias com menores restrições de garantias. Por consequência, a comparação da divulgação do desempenho de ambas as práticas é limitada, já que estes dois tipos de microcrédito possuem características consideravelmente diferentes. A mesma linha de raciocínio se aplica aos financiamentos socioambientais, cuja definição pode variar entre os bancos da amostra.

Finalmente, a última limitação diz respeito à consideração somente do nível mais alto de associação com o desempenho financeiro. O procedimento não leva em consideração, para uma

mesma prática em um mesmo banco, a quantidade de informações em cada nível de associação, ou seja, tendo em vista que as análises focam sempre nos níveis mais altos encontrados, é possível que os relatórios e websites dos bancos analisados contenham mais detalhes que somente uma nota de 0 a 4 não consegue captar. Especificamente no procedimento 5 descrito no item de tratamento dados, é importante ressaltar que os resultados deste procedimento podem ter sido influenciados por esta limitação; isto porque um banco que apresenta somente um breve trecho detalhando a economia em reais gerada por uma iniciativa de redução de consumo de energia (nível 4), por exemplo, atinge melhor posição no ranking do que um concorrente que fornece diversas informações nos níveis 1, 2 e 3 para a mesma prática de redução de consumo de energia, já que este recebe somente o nível 3.

A seção a seguir mostrará os resultados da pesquisa.

4. RESULTADOS

A Tabela 11 resume o quadro geral com os níveis de integração de informações socioambientais com o desempenho financeiro, a partir das informações detalhadas no Apêndice C, apresentando a participação de cada um destes níveis no total da amostra. Cabe lembrar que temos 45 bancos na amostra e 7 práticas de sustentabilidade avaliadas para cada banco, totalizando 315 classificações. Também é pertinente reforçar, para fins de interpretação dos resultados, que a pesquisa utilizou sempre o nível mais alto de divulgação de informações encontrado em uma mesma prática para um mesmo banco.

Tabela 11 - Composição total dos níveis de divulgação de informações socioambientais

Nível	Quantidade	Participação
0	261	82,86%
I	22	6,98%
II	4	1,27%
III	22	6,98%
IV	6	1,90%
Total	315	100,00%

A Tabela 11 mostra que somente 1,90% das práticas analisadas são divulgadas de forma a evidenciar seus benefícios financeiros, mostrando que o setor bancário ainda associa muito pouco suas iniciativas de sustentabilidade com o desempenho financeiro corporativo. Estes dados corroboram os achados de Epstein e Roy (2003) assim como o relatório ACCA-Ceres (2007). Além disso, a análise da Tabela 11 também revela que a utilização e divulgação de indicadores monetizados referentes às despesas e investimentos se dão em igual frequência dos relatos qualitativos relativos às práticas de sustentabilidade.

A Tabela 12 apresenta a composição do número de práticas encontradas na divulgação de informações de cada um dos bancos analisados.

Tabela 12 – Composição do número de práticas de sustentabilidade divulgadas

Número de Práticas Divulgadas	Quantidade de Bancos	Participação
0	25	55,56%
1	6	13,33%
2	5	11,11%
3	3	6,67%
4	2	4,44%
5	3	6,67%
6	1	2,22%
7	0	0,00%
Total	45	100,00%

A Tabela 12 mostra que 55,5% dos bancos da amostra não divulgaram informações sobre qualquer uma das sete práticas analisadas e somente 13,33% da amostra divulgaram informações sobre a maior parte das práticas analisadas (ou seja, quatro práticas ou mais). Nenhuma das instituições apresentou informações sobre todas as sete práticas analisadas neste trabalho. A análise da Tabela 12 revela, portanto, que o setor bancário brasileiro ainda divulga poucas informações sobre práticas de sustentabilidade.

A Tabela 13 mostra a composição dos níveis de divulgação de informações dentre as práticas analisadas.

Tabela 13 - Composição dos níveis de divulgação de informações socioambientais entre as práticas de sustentabilidade

Nível	Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	Microcrédito	Fundos Socialmente Responsáveis
0	80,00%	71,11%	86,67%
I	11,11%	11,11%	0,00%
II	0,00%	0,00%	0,00%
III	8,89%	17,78%	13,33%
IV	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Nível	Financiamentos Socioambientais	Mercado de Carbono	Seguros Ambientais	Ecoeficiência
0	84,44%	97,78%	97,78%	62,22%
I	8,89%	0,00%	2,22%	15,56%
II	0,00%	0,00%	0,00%	8,89%
III	6,67%	2,22%	0,00%	0,00%
IV	0,00%	0,00%	0,00%	13,33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A análise destes resultados revela que a totalidade das associações de iniciativas de sustentabilidade com benefícios financeiros ocorre na divulgação de informações relativas a programas de ecoeficiência. A ecoeficiência foi também a prática mais encontrada nos documentos analisados (37,78%). É interessante notar que nenhuma das iniciativas de sustentabilidade relacionadas com suas atividades-fins (ex: financiamentos, investimentos, seguros) possuem qualquer tipo de vínculo, na sua divulgação de desempenho, com indicadores de lucro, rentabilidade, ou qualquer outro indicador que represente os benefícios financeiros destas ações. Portanto, a justificativa de negócio destas iniciativas, caso exista, é mantida internamente nos bancos, sem que públicos externos tenham qualquer entendimento sobre a viabilidade econômica destas práticas de sustentabilidade.

Percebe-se também que a utilização de indicadores do nível 3 ocorre principalmente nas práticas de microcrédito (17,78%) e fundos socialmente responsáveis (13,33%). Durante a coleta de dados, estas informações apareceram nos relatórios e websites das empresas através de indicadores de saldo e patrimônio líquido.

O nível 2 de divulgação de informações somente foi encontrado em relatos de práticas de ecoeficiência. Estas informações são divulgadas através de indicadores como litros de água, *megawatts* e toneladas de resíduos gerados. Como esta pesquisa somente considerou o nível mais alto de divulgação de informações, foram omitidas as ocasiões onde indicadores operacionais foram utilizados em conjunto com indicadores financeiros.

No que diz respeito ao nível 1 de divulgação de informações, este ocorre principalmente na prática de ecoeficiência (15,56%) e, em seguida, nas práticas de avaliação de riscos socioambientais e microcrédito (ambos 11,11%).

As práticas relativas ao mercado de carbono e a seguros ambientais foram as menos divulgadas; estas foram encontradas somente uma vez cada. Por serem relativamente recentes, acredita-se que ainda estão em estágios iniciais de implementação no setor bancário brasileiro. Porém, estas não são as únicas práticas pouco encontradas nos documentos analisados; na verdade, em todas as práticas analisadas, o nível 0 (inexistência) foi o mais encontrado nos bancos da amostra.

A Tabela 14 mostra a composição dos níveis de divulgação segmentada por porte dos bancos para o conjunto das sete práticas de sustentabilidade analisadas. Com o objetivo de entender como o relato de informações socioambientais se diferencia entre bancos de diferentes portes, foram criados blocos de cinco bancos, sendo o primeiro bloco composto pelos cinco maiores

bancos, o segundo bloco composto pelos bancos entre a sexta e a décima posição, e assim por diante.

Tabela 14 - Composição dos níveis de divulgação nos maiores bancos para o conjunto das sete práticas de sustentabilidade analisadas

Nível	Blocos de bancos segmentados por porte								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
0	31,43%	71,43%	68,57%	100,00%	88,57%	91,43%	94,29%	100,00%	100,00%
I	17,14%	11,43%	17,14%	0,00%	5,71%	5,71%	5,71%	0,00%	0,00%
II	0,00%	5,71%	0,00%	0,00%	2,86%	2,86%	0,00%	0,00%	0,00%
III	37,14%	11,43%	11,43%	0,00%	2,86%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IV	14,29%	0,00%	2,86%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Pode-se perceber que o primeiro bloco, composto pelos cinco maiores bancos da amostra, possui a maior participação de informações socioambientais de nível 3 (37,14%) e 4 (14,29%), mostrando um maior nível de associação com o desempenho financeiro do que os demais blocos de bancos; já os últimos quatro blocos (6º, 7º, 8º e 9º) apresentam uma participação nula (0%) de informações nos níveis 3 e 4. Este resultado está coerente com o estudo de Knox, Maklan e French (2005), que afirma que a associação da sustentabilidade com o desempenho financeiro se dá em menor intensidade em empresas menores. Além disso, deve-se notar que o grupo dos cinco maiores bancos também possui a menor participação de informações de nível 0 encontradas (31,43%), demonstrando maior preocupação dos maiores bancos com a divulgação de informações relativas às iniciativas de sustentabilidade.

Para comparar o nível de divulgação de informações socioambientais entre os bancos da amostra, de forma a entender quais bancos atingiram um maior nível de divulgação de informações relativas a práticas de sustentabilidade geral, somou-se os níveis de divulgação de cada uma das práticas analisadas. Este procedimento utilizou, portanto, uma escala ordinal

discreta e atribuiu, implicitamente, peso 1 a todas as práticas, considerando-as como sendo de relevância igual. A Tabela 15 apresenta todos os bancos que obtiveram pontuação superior a 0.

Tabela 15 - Pontuação total da divulgação de informações socio ambientais

Bancos	Pontuação
ABN AMRO REAL	19
BB	16
BRADESCO	12
ITAU	12
BNB	8
BANRISUL	7
CEF	6
UNIBANCO	6
HSBC	6
SANTANDER	5
NOSSA CAIXA	5
SAFRA	3
BANESTES	3
BESC	3
CITIBANK	2
BIC	2
BASA	2
IBIBANK	1
RABOBANK	1
DAYCOVAL	1

A tabela mostra que o banco ABN AMRO Real obteve a melhor pontuação, conseguindo 19 dos 28 pontos possíveis, seguido pelo Banco do Brasil, Bradesco e Itaú. Estes bancos, portanto, mostram o maior nível de associação entre iniciativas de sustentabilidade e o desempenho financeiro corporativo entre as instituições pesquisadas.

Por último, buscou-se analisar a localização das informações de caráter socioambiental. A Tabela 16 mostra a composição da localização das informações. Os resultados foram agrupados em 3 categorias: Relatório Anual (incluindo relatório anual e relatório da administração), Relatório Social (incluindo relatório social, balanço social, relatório de sustentabilidade) e

Website (incluindo site de responsabilidade socioambiental, website corporativo, site de relações com investidores, e site de *asset management* associada ao grupo).

Tabela 16 - Localização das informações socioambientais

Localização da Informação	Quantidade	Participação
Relatório Anual	12	22,22%
Relatório Social	31	57,41%
Website	11	20,37%
Total	54	100,00%

A Tabela 16 mostra que a maior parte (57,41%) das informações socioambientais encontradas localizavam-se em relatórios sociais, enquanto a menor parte das informações encontravam-se nos seus respectivos websites.

Seguindo o mesmo procedimento descrito para a Tabela 14, a Tabela 17 apresenta a localização das informações socioambientais nos 9 blocos de bancos segmentados por porte.

Tabela 17 - Localização das informações socioambientais nos maiores bancos

Localização da Informação	Blocos de bancos segmentados por porte								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Relatório Anual	29,17%	20,00%	9,09%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Relatório Social	70,83%	60,00%	45,45%	0,00%	25,00%	66,67%	0,00%	0,00%	0,00%
Website	0,00%	20,00%	45,45%	0,00%	25,00%	33,33%	100,00%	0,00%	0,00%

Percebe-se que os 5 maiores bancos não utilizam seu websites para divulgar as informações de caráter socioambiental. Além disso, tanto no primeiro (70,83%) como no segundo bloco (60%), as informações foram primariamente encontradas nos relatórios sociais destas instituições. No entanto, deve ser ressaltado uma vez mais que esta pesquisa sempre considerou o nível mais alto de divulgação de informações socioambientais referentes a uma determinada prática em uma instituição; assim, outras informações relativas às iniciativas de sustentabilidade de nível menor foram omitidas dos resultados desta análise.

5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Esta pesquisa mostrou que a divulgação de informações feita pelo setor bancário ainda relaciona muito pouco suas iniciativas de sustentabilidade com seu desempenho financeiro, resultado coerente com estudos anteriores (EPSTEIN e ROY 2003, ACCA-CERES 2007). Esta associação ocorre principalmente em práticas relacionadas ao uso racional de recursos (ecoeficiência) e é feita predominantemente nos maiores bancos brasileiros. Este resultado está em alinhamento com estudos anteriores (KNOX, MAKLAN e FRENCH, 2005).

A justificativa de negócios destas iniciativas, portanto, está sendo muito pouco divulgada pelas instituições bancárias. Assim, quando existentes, estas práticas podem ficar em posição vulnerável, podendo ser suspensas em situações de (1) baixo desempenho financeiro corporativo, (2) mudanças na alta administração das instituições e (3) em eventuais mudanças de prioridades do público externo.

Deve-se questionar, portanto, porque estas iniciativas estão sendo tão pouco integradas com o desempenho financeiro em seus relatos públicos. Uma possibilidade é que estas práticas simplesmente não são economicamente atrativas e, embora seu desempenho financeiro seja acompanhado internamente, para os gestores destas instituições os benefícios da implementação destas práticas estão principalmente relacionados aos seus ativos intangíveis, como marca e reputação. Sendo vistas como instituições com boas práticas socioambientais pelos seus clientes, estas empresas estariam obtendo um maior reconhecimento de sua marca e melhorando sua reputação diante de seus consumidores e outras partes interessadas, sem que estas práticas precisem trazer retornos financeiros positivos de curto prazo e sem uma demanda forte das partes interessadas pelas informações financeiras destas iniciativas. Além disso, uma outra possibilidade é que os bancos analisados consideram como estratégicas as informações sobre os

benefícios financeiros das práticas de sustentabilidade. Neste caso, os bancos estariam propositalmente escondendo informações de receitas e lucros, por exemplo, para desestimular determinados movimentos competitivos por parte de outras instituições do setor.

Constatou-se, adicionalmente, que além de fazer pouca associação com o desempenho financeiro das práticas para a sustentabilidade, o setor bancário divulga muito poucas práticas de sustentabilidade. Entre os 45 bancos analisados, 55,56% deles não divulgaram informações sobre qualquer uma das práticas analisadas e somente 15,56% deles divulgaram informações sobre quatro ou mais práticas. Embora seja possível que estas práticas existam e sejam somente divulgadas internamente nos bancos, estes números também sugerem que é possível que o setor bancário na sua maior parte não possua as práticas de sustentabilidade mapeadas neste trabalho. Isto pode estar ocorrendo por uma possível inviabilidade econômica destas práticas, ou simplesmente porque os gestores ainda não atentaram para estas práticas, vendo-as como menos relevantes para o desempenho de seu negócio. Esta possibilidade iria de encontro ao estudo realizado por Lins e Wajnberg (2007), que sugere a existência de um *business case* para a sustentabilidade no setor bancário. Além disso, se considerarmos que a não-divulgação representa a inexistência das práticas e que estas informações se fizeram presentes principalmente nos maiores bancos do país, este trabalho poderia suportar a hipótese dos recursos excedentes apresentada por Preston e O'Bannon (1997), significando que somente bancos brasileiros que se encontram em melhor situação financeira implementam iniciativas de sustentabilidade.

A baixa divulgação das práticas de sustentabilidade também pode estar relacionada com dois outros fatores. Em primeiro lugar, tendo em vista que não está no escopo deste trabalho a análise da demanda pelos serviços oferecidos pelos bancos brasileiros, é possível que a baixa divulgação

destas práticas esteja relacionada a uma baixa demanda por parte dos consumidores, e não à falta de atenção dos gestores para estas práticas anteriormente mencionada. Adicionalmente, deve-se considerar que algumas destas práticas representam modalidades específicas de certas atividades. Em outras palavras, uma prática de seguro ambiental é somente uma das diversas modalidades da prática genérica de seguros; assim, na divulgação pública destas instituições, as informações sobre seguros ambientais podem ter sido consolidadas, junto com todas as outras modalidades de seguros, na prática genérica de seguros.

Finalmente, este trabalho também identificou que a principal fonte de divulgação de informações socioambientais no setor bancário são os relatórios sociais, incluindo balanços sociais, relatórios de responsabilidade social e relatórios de sustentabilidade. Chamou atenção também o fato das cinco maiores instituições não utilizarem seus sites para a divulgação das informações de desempenho de suas práticas de sustentabilidade, concentrando a divulgação nestes veículos menos tradicionais (relatórios sociais). O fato destas informações não se encontrarem, na sua maior parte, em relatórios anuais ou em sites de relações com investidores sugere que estas informações ainda não possuem considerável relevância para os investidores dos bancos brasileiros.

Por fim, este trabalho identificou algumas possibilidades para pesquisas futuras neste campo, quais sejam:

- Aplicar mesma metodologia em outros setores, ou possivelmente em empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, buscando determinar o grau de associação com desempenho financeiro das empresas brasileiras com as melhores práticas socioambientais. Junto com isto, se aplicado o mesmo sistema de pontuação das instituições (apresentado na Tabela 15) quanto à integração do desempenho socioambiental com o desempenho financeiro, será possível

obter um ranking com as empresas brasileiras que melhor associam estes dois tipos de desempenho na sua divulgação pública de informações;

- Realizar estudo longitudinal, verificando como a associação de iniciativas socioambientais com o desempenho financeiro na divulgação pública de informações vem mudando ao longo do tempo;
- Analisar o desempenho financeiro de empresas com maiores níveis de integração das práticas de sustentabilidade e desempenho financeiro, tentando compreender os benefícios deste maior nível de divulgação de informações;
- Explorar os determinantes da integração com o desempenho financeiro, buscando entender porque empresas com maior nível de associação das práticas de sustentabilidade com desempenho financeiro reportam estas informações;
- Realizar estudos de caso, explorando em maior nível de detalhes a implementação de determinada prática de sustentabilidade em instituição financeira e sua associação com o desempenho financeiro corporativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

3M. **Pollution Prevention, 3P.**

<http://solutions.3m.com/wps/portal/!ut/p/kcxml/04_Sj9SPykssy0xPLMnMz0vM0Q9KzYsPDdaP0I8yizeINzR21y_IcFQEAPUî-n0!> Acesso em: 11/06/2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição do Sistema Nacional.**

<<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

_____. **Top50.** Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/fis/top50/port/default.asp?parmidioma=P&id=top50>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

_____. **Informações Cadastrais e Contábeis.**

<<http://www.bcb.gov.br/?INFCADASTRO>> Acesso em: 11 jun. 2007.

BARROS, B. País lidera sustentabilidade bancária. **Valor Econômico**. São Paulo : 28 mar. 2007. Disponível em:

<<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Pais+lidera++sustentabilidade+bancaria,,,54,4226041.html>>. Acesso em: 19 maio 2007.

BRITO, B. M. B. **A reação do mercado acionário a eventos ambientais**. Rio de Janeiro: 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://joomla.coppead.ufrj.br/port/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=46&Itemid=204>. Acesso em: 19 maio 2007.

CSM-IMD. **Business Case for Sustainability.**

<http://www.imd.ch/research/centers/csm/business_case_for_sustainability.cfm>. Acesso em: 11 jun. 2007.

CERES; ACCA. **Ceres-ACCA North American Awards for Corporate Sustainability Reporting : Report of the Judges**. 2007. Disponível em:

<http://www.ceres.org/pub/docs/ACCA_judge.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2007.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE. **Questionário ISE 2007**. Disponível em <http://www.bovespa.com.br/pdf/indices/ISE_Questionario07b.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2007.

COLLEVECCHIO DECLARATION. Disponível em:

<<http://www.foe.org/camps/intl/declaration.html>>. Acesso em: 22 mar. 2007.

DONALDSON, T; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**. v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES. Disponível em: <<http://www.sustainability-indexes.com>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

_____. **Supersector Leaders**. Disponível em: <http://www.sustainability-indexes.com/06_html/indexes/djsiworld_supersectorleaders.html>. Acesso em: 11/06/2007

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**. Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.

EPSTEIN, M. J. E WISNER, P. S. Using the balanced scorecard approach to implement sustainability. **Environmental Quality Management**, v. 11, n. 2, p. 1-10. 2001.

EPSTEIN, M.J.; ROY, M.-J. Making the business case for sustainability. linking social and environmental actions to financial performance. **Journal of Corporate Citizenship**, v. 9, p. 79–96, 2003.

EQUATOR PRINCIPLES. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/principles.shtml>>. Acesso em: 22/05/2007

FEBRABAN. **Portal de Informações**. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/principles.shtml>>. Acesso em: 11/06/2007

GLOBAL REPORTING INITIATIVE Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 11/06/2007

HESS, H-J. **CSM/WWF Research Project: The Business Case for Sustainability: Financial Services Report**. Working paper series. Lausanne: CSM/IMD, 2003. Disponível em: <<http://www.imd.ch/research/centers/csm/upload/Financial%20Services%20Report.pdf>>

IFC. **Banking on Sustainability**. 2007. Disponível em: <[http://www.ifc.org/ifcext/enviro.nsf/AttachmentsByTitle/p_BankingonSustainability/\\$FILE/FINAL_IFC_BankingOnSustainability_web.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/enviro.nsf/AttachmentsByTitle/p_BankingonSustainability/$FILE/FINAL_IFC_BankingOnSustainability_web.pdf)>. Acesso em: 11/06/2007

IONESCU-SOMERS, A; SALZMANN, O.; STEGER, U. The Business Case for Corporate Sustainability: Literature Review and Research Options. **European Management Journal** v. 23, n. 1, p. 27–36, 2005.

JEUCKEN, M. **Banking and sustainability: Slow starters are gaining pace**. 2001. Disponível em: <<http://www.sustainability-in-finance.com/ec-web.pdf>>. Acesso em: 11/06/2007

KANTER M. R.; PINHO, R. R.; RAFFAELLI, R. L. ABN AMRO REAL: Banking on Sustainability. **Harvard Business School**, April, 2005. (case study).

KEEBLE, J. J.; TOPIOL, S.; BERKELEY, S. Using Indicators to Measure Sustainability Performance at a Corporate and Project Level. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 149-158, 2003.

KNOX, S.; MAKLAN, S.; FRENCH, P. Corporate Social Responsibility: Exploring Stakeholder Relationships and Programme Reporting across Leading FTSE Companies. **Journal of Business Ethics**, v. 61, p 7–28, 2005.

LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. FBDS: Rio de Janeiro, Agosto 2007. Disponível em:
<<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>>. Acesso em: 25/10/2007

MAROM, I. Y. Toward a Unified Theory of the CSP–CFP Link. **Journal of Business Ethics**, v. 67, p. 191–200, 2006.

MATTOS, A. Brasil é destaque nos Princípios do Equador. **Valor Econômico**. São Paulo : 25/04/2007. Disponível em:
<<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/293/294/Brasil+e+destaque+nos+Principios+do+Equador,,294,4275525.html>>. Acesso em: 19/05/2007

PRESTON, L. E.; O'BANNON, D. P. The corporate social – financial performance relationship: a typology and analysis. **Business and Society**, v. 36, n. 4, p.419-429, 1997.

REED, D. J. **Stalking the Elusive Business Case for Corporate Sustainability**. Washington: World Resources Institute, 2001.

SHRIVASTAVA, P. The Role of Corporations in Achieving Ecological Sustainability. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 936-960, 1995.

STEGER, U. **The Business of Sustainability: building industry cases for corporate sustainability**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

STRANDBERG CONSULTING. **Sustainability Finance Study: A Study of Best Practices, Standards and Trends in Corporate Social Responsibility**. May, 2005. Disponível em:
<http://www.corostrandberg.com/pdfs/CSR_Study_CUCC_6.pdf>. Acesso em 11/06/2007.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 95–105, 2003.

VANCITY GROUP. **2004-05 Accountability Report**. Disponível em:
<<https://www.vancity.com/SharedContent/documents/0405AccountabilityReport/AccountabilityReportVancity.pdf>>. Acesso em: 11/06/2007

WBCSD. **CEO's and Chairmen's statement**. Johannesburg: 2002. Disponível em:
<http://www.wbcd.org/DocRoot/5PV72pFXVXcIqJX88UIC/20020925_finance.pdf>. Acesso em: 19/05/2007

APÊNDICES

APÊNDICE A: Bancos Brasileiros

Bancos: Data-Base Março/2007		
ABC-BRASIL	CEDULA	MERRILL LYNCH
ABN AMRO	CEF	MODAL
ALFA	CITIBANK	MONEO
ARBI	CLASSICO	MORADA
BANCAP	CNH CAPITAL	MORGAN STANLEY
BANCNACION	CR2	NOSSA CAIXA
BANCO GMAC	CREDIBEL	OPPORTUNITY
BANCOOB	CREDIT LYONNAIS	OURINVEST
BANESE	CREDIT SUISSE	PARANA
BANESTES	CRUZEIRO DO SUL	PECUNIA
BANIF	DAIMLERCHRYSLER	PINE
BANPARA	DAYCOVAL	PORTO REAL
BANRISUL	DEUTSCHE	PORTO SEGURO
BANSICREDI	DRESDNER	POTTENCIAL
BARCLAYS	FATOR	PROSPER
BASA	FIBRA	PSA FINANCE
BASEMSA	FICSA	RABOBANK
BB	FIDIS	RENDIMENTO
BBM	FORD	RENNER
BCO JOHN DEERE	GE CAPITAL	RIBEIRAO PRETO
BCOMURUGUAI	GERDAU	RODOBENS
BDMG	GOLDMAN SACHS	RURAL
BEPI	GUANABARA	SAFRA
BES	HONDA	SANTANDER BANESPA
BESC	HSBC	SCHAHIN
BGN	IBIBANK	SMBC
BIC	IBM	SOCIETE GENERALE
BM&F	INDUSCRED	SOCOPIA
BMC	INDUSTRIAL DO BRASIL	SOFISA
BMG	INDUSVAL	SS
BNB	ING	STANDARD BI
BNDES	INTERCAP	TENDENCIA
BNP PARIBAS	ITAU	TOYOTA
BONSUCESSO	JP MORGAN CHASE	TRIANGULO
BOSTON N.A.	KDB BRASIL	TRICURY
BPN BRASIL	KEB	UBS PACTUAL
BRADESCO	LA PROVINCIA	UBS WARBURG
BRASCAN	LA REPUBLICA	UNIBANCO
BRB	LAGE LANDEN	UNO - E
BRDE	LEMON BANK	VOLKSWAGEN
BRJ	LUSO BRASILEIRO	VOLVO
BTMUB	MATONE	VOTORANTIM
BVA	MÁXIMA	VR
CACIQUE	MAXINVEST	WESTLB
CARGILL	MERCANTIL DO BRASIL	

Fonte: Site Banco Central, 11 jun. 2007.

APÊNDICE B: Amostra da pesquisa, classificada em ordem decrescente de ativo total

Instituições
BB
BRADESCO
CEF
ITAU
ABN AMRO
SANTANDER BANESPA
UNIBANCO
SAFRA
HSBC
VOTORANTIM
NOSSA CAIXA
CITIBANK
UBS PACTUAL
BANRISUL
BNB
BBM
ALFA
CREDIT SUISSE
BNP PARIBAS
DEUTSCHE
FIBRA
BIC
BANESTES
BASA
MERCANTIL DO BRASIL
BMG
BANSICREDI
BESC
IBIBANK
ABC-BRASIL
RABOBANK
BANCOOB
PINE
DAYCOVAL
ING
BRB
BMC
CRUZEIRO DO SUL
SOFISA
BGN
WESTLB
OPPORTUNITY
RURAL
BCO JOHN DEERE
INDUSTRIAL DO BRASIL

Fonte: Site Banco Central, 11 jun. 2007.

APÊNDICE C: Níveis de divulgação de informações sobre as 7 práticas bancárias de sustentabilidade

	Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	Microcrédito	Fundos Socialmente Responsáveis	Financiamentos Socioambientais	Mercado de Carbono	Seguros Ambientais	Ecoeficiência
BB	III	III	III	III	0	0	IV
BRADESCO	III	I	III	I	0	0	IV
CEF	0	I	0	I	0	0	IV
ITAU	III	I	III	I	0	0	IV
ABN AMRO	III	III	III	III	III	0	IV
SANTANDER	0	III	0	0	0	0	II
UNIBANCO	I	III	0	0	0	I	I
SAFRA	0	0	III	0	0	0	0
HSBC	I	0	III	0	0	0	II
VOTORANTIM	0	0	0	0	0	0	0
NOSSA CAIXA	0	III	0	I	0	0	I
CITIBANK	0	I	0	0	0	0	I
UBS PACTUAL	0	0	0	0	0	0	0
BANRISUL	0	III	0	0	0	0	IV
BNB	I	III	0	III	0	0	I
BBM	0	0	0	0	0	0	0
ALFA	0	0	0	0	0	0	0
CREDIT SUISSE	0	0	0	0	0	0	0
BNPPARIBAS	0	0	0	0	0	0	0
DEUTSCHE	0	0	0	0	0	0	0
FIBRA	0	0	0	0	0	0	0
BIC	0	0	0	0	0	0	II
BANESTES	0	III	0	0	0	0	0
BASA	I	0	0	0	0	0	I
MERCANTIL	0	0	0	0	0	0	0
BMG	0	0	0	0	0	0	0
SICREDI	0	0	0	0	0	0	0
BESC	0	I	0	0	0	0	II
IBIBANK	0	0	0	0	0	0	I
ABC-BRASIL	0	0	0	0	0	0	0
RABOBANK	I	0	0	0	0	0	0
BANCOOB	0	0	0	0	0	0	0
PINE	0	0	0	0	0	0	0
DAYCOVAL	0	0	0	0	0	0	I
ING	0	0	0	0	0	0	0
BRB	0	0	0	0	0	0	0
BMC	0	0	0	0	0	0	0
CRUZEIRO DO SUL	0	0	0	0	0	0	0
SOFISA	0	0	0	0	0	0	0
BGN	0	0	0	0	0	0	0
WESTLB	0	0	0	0	0	0	0
OPPORTUNITY	0	0	0	0	0	0	0
RURAL	0	0	0	0	0	0	0
BCO JOHN DEERE	0	0	0	0	0	0	0
INDUSTRIAL DO BRASIL	0	0	0	0	0	0	0

APÊNDICE D: Localização das informações sobre as 7 práticas bancárias de sustentabilidade

	Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	Microcrédito	Fundos Socialmente Responsáveis	Financiamentos Socioambientais	Mercado de Carbono	Seguros Ambientais	Ecoeficiência
BB	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Anual	Relatório Anual	-	-	Relatório Anual
BRADESCO	Relatório Social	Relatório Social	Relatório Social	Relatório Social	-	-	Relatório Social
CEF	-	Relatório Anual	-	Relatório Anual	-	-	Relatório Social
ITAU	Relatório Social	Relatório Social	Relatório Social	Relatório Social	-	-	Relatório Social
ABN AMRO	Relatório Social	Relatório Social	Relatório Social	Relatório Social	Relatório Social	-	Relatório Social
SANTANDER	-	Relatório Social	-	-	-	-	Relatório Social
UNIBANCO	Relatório Social	Relatório Anual	-	-	-	Relatório Anual	Relatório Social
SAFRA	-	-	Website	-	-	-	-
HSBC	Relatório Social	-	Website	-	-	-	Relatório Social
VOTORANTIM	-	-	-	-	-	-	-
NOSSA CAIXA	-	Website	-	Website	-	-	Website
CITIBANK	-	Website	-	-	-	-	Website
UBS PACTUAL	-	-	-	-	-	-	-
BANRISUL	-	Relatório Social	-	-	-	-	Relatório Social
BNB	Relatório Social	Relatório Anual	-	Relatório Social	-	-	Relatório Social
BBM	-	-	-	-	-	-	-
ALFA	-	-	-	-	-	-	-
CREDIT SUISSE	-	-	-	-	-	-	-
BNPPARIBAS	-	-	-	-	-	-	-
DEUTSCHE	-	-	-	-	-	-	-
FIBRA	-	-	-	-	-	-	-
BIC	-	-	-	-	-	-	Relatório Social
BANESTES	-	Relatório Anual	-	-	-	-	-
BASA	Relatório Anual	-	-	-	-	-	Website
MERCANTIL	-	-	-	-	-	-	-
BMG	-	-	-	-	-	-	-
SICREDI	-	-	-	-	-	-	-
BESC	-	Relatório Social	-	-	-	-	Relatório Social
IBIBANK	-	-	-	-	-	-	Website
ABC-BRASIL	-	-	-	-	-	-	-
RABOBANK	Website	-	-	-	-	-	-
BANCOOB	-	-	-	-	-	-	-
PINE	-	-	-	-	-	-	-
DAYCOVAL	-	-	-	-	-	-	Website
ING	-	-	-	-	-	-	-
BRB	-	-	-	-	-	-	-
BMC	-	-	-	-	-	-	-
CRUZEIRO DO SUL	-	-	-	-	-	-	-
SOFISA	-	-	-	-	-	-	-
BGN	-	-	-	-	-	-	-
WESTLB	-	-	-	-	-	-	-
OPPORTUNITY	-	-	-	-	-	-	-
RURAL	-	-	-	-	-	-	-
BCO JOHN DEERE	-	-	-	-	-	-	-
INDUSTRIAL DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-